



Número: **0800858-27.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **15/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
OSVALDO SOUSA DA SILVA (AUTOR)		GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15079485	03/03/2021 20:04	Decisão	Decisão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
8ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0800858-27.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: OSVALDO SOUSA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Em petição retro a parte requerida apresenta pedido de chamamento do feito a ordem, requerendo a oitiva pessoal do autor e do médico que supostamente teria emitido o laudo juntado na petição inicial.

Na ocasião apresenta vídeo informando que o próprio autor não reconheceria o laudo.

É o necessário relatar passo a decidir.

Nos presentes autos o autor requer indenização do seguro obrigatório. Já havia sido designada perícia judicial o qual iria suplantar o laudo apresentado na inicial.

Entretanto a parte requerida agora intenta direcionar a produção da prova para verificar a autenticidade do documento juntado, o que de fato não teria relevância nesta demanda em específico. Além disto a parte não se utilizou do procedimento de incidente de falsidade, motivo pelo qual por ora, INDEFIRO o pedido, sem prejuízo de posterior deferimento após manifestação das partes.

Assim, antes de prosseguir, determino a intimação do autor para no prazo de 15 (quinze) dias se manifestar acerca da petição da requerida, devendo manifestar se reconhece o laudo ou deseja excluí-lo.

Quanto a requerida, oportunizo que esta apresente no mesmo prazo, nova manifestação, indicando qual a finalidade da prova pretendida, tendo em vista que já há pericial judicial a ser realizada, bem como justifique se este processo civil é o meio adequado para a finalidade pretendida. Oportunizo ainda a possibilidade da parte requerida apresentar incidente de falsidade documental.

Após o transcurso do prazo, voltem-me os autos conclusos para decisão de pedido de prova e eventual nomeação de novo perito, tendo em vista que o anterior não se manifestou.

TERESINA-PI, 2 de março de 2021.

DR. SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO



Juiz de Direito da 7ª Vara Cível em Substituição

